



Câmara Municipal de Santana do Itararé – Pr.

Rua Vereador Virgílio de Sene, n.º. 38, Bairro Portal dos Ipês – Fone (043) 3526-1302

 contato@santanadoitarare.pr.leg.br

DEPARTAMENTO JURÍDICO

alex.albergoni@santanadoitarare.pr.leg.br

ANÁLISE E PARECER SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 08/2023.

Veio para análise e emissão de parecer jurídico a dispensa de licitação sob o n. 006/2023, que tem por objetivo a **aquisição de guarda corpo de vidro para separação do Plenário do Poder Legislativo Municipal.**

Apreciaremos o procedimento conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade, redigindo a manifestação jurídica em linguagem simples e compreensível, de forma clara e objetiva, com apreciação dos elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise conforme segue:

Preliminarmente

Procedimento realizado sob a égide da nova Lei das Licitações e Contratos - LLC n.º. 14.133/21, obedecendo à padronização de procedimentos antecedentes, trazendo maior segurança jurídica.

O processo foi conduzido por agente de contratação designado pela Portaria n.º. 03/2023-CAM ao qual foi conferindo poderes para dar impulso e conduzir os procedimentos licitatórios, no caso, atuou em conjunto com a equipe de licitação municipal e o corpo técnico da Câmara Municipal.

O processo deve atentar à estrita legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência e eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e o desenvolvimento nacional sustentável.

Ao departamento jurídico cabe o controle prévio de legalidade nesta análise, mesmo em contratações diretas (art. 53 § 4º da LLC), inclusive, já elaboramos as minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio e outros ajustes para devida padronização na rotina administrativa.

Síntese

O presente processo visa Aquisição Direta de Produtos (art. 72) na modalidade Dispensa de Licitação, hipótese em que o art. 75, inc. II da nova LCC não exige certames. Assim, a modalidade escolhida pode ser aplicada para contratação pretendida em razão do valor, pois, dispensada a licitação para contratação de serviços em valores inferiores a R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais). Ressalte-se que a própria lei adverte que os valores deverão ser observados dentro do exercício financeiro e não podem haver outros objetos contratados com a mesma natureza e no mesmo ramo de atividade. Em análise prévia, não constatamos outros certames com o mesmo objeto e/ou assemelhado.

Portanto, **a presente dispensa de licitação tem previsão legal, e está adstrita aos princípios jurídicos listados no art. 5º da LCC (acima), lembrando que aquisições por dispensa de licitação é necessário o bom senso, já que é exceção da regra licitação, ou sejam, não pode se tornar corriqueira a realização de dispensas em casos que se podem proceder de outro modo. Porém, neste caso, pode o Legislativo se valer deste procedimento para o fim pretendido pois presentes os requisitos autorizadores.**

Relatório

Constata-se que o procedimento está instruído com os **atos essenciais nos termos do art. 72, veja-se:**





Câmara Municipal de Santana do Itararé – Pr.

Rua Vereador Virgílio de Sene, nº. 38, Bairro Portal dos Ipês – Fone (043) 3526-1302

 contato@santanadoitarare.pr.leg.br

DEPARTAMENTO JURÍDICO

alex.albergoni@santanadoitarare.pr.leg.br

- I) **Solicitação** com relação pormenorizada do objeto, acompanhada de projeto básico, justificativa e cotações de preços em empresas conhecidas da região, adotando o menor valor de mercado, evitando assim aquisição a preço excessivo, dando início ao procedimento (Art. 23 § 1º inc. IV e 72 II) fls. 01-06;
- II) **Autorização** do Presidente ao agente de contratação para realizar o procedimento observando o menor preço orçado (art. 72, inc. VIII) fls.07;
- III) **Solicitação** de informação de dotação orçamentaria (fls. 08) devidamente respondida pelo setor contábil **informando a fonte orçamentária** disponível a saber: 01 – Câmara Municipal. 01.001 – Legislativo Municipal; 01.001.01.031 - Ação Legislativa; 01.001.01.031.101 – Gestão Legislativa; 01.001..01.031.101.2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara; 33.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Saldo atual da Dotação orçamentária R\$ 56.606,24 (art. 72, IV) – fls. 10-11;
- IV) **Termo de Referência** com todas especificações, modelo de medição de resultado, indicador de adequação dos serviços, checklist, etc. (art. 72, inc. I) -fls. 12-22;
- V) **Estudo técnico preliminar** explicando a necessidade, instrumentos de planejamento, resultados pretendidos, requisitos, demanda, fiscalização, etc... (art. 72, inc. I) – fls. 23-27;
- VI) **Aviso de Edital de Dispensa de Licitação** abrindo prazo de 10(dez) dias para empresas interessadas apresentarem propostas, fls. 29, o qual foi devidamente publicado no site da Câmara Municipal bem como no diário oficial do Município – edição nº. 2050 – fls. 30. (art.75 §3 e 72 § único);
- VII) **Não houve proposta apresentada por empresas interessadas, permanecendo, portanto, o menor preço cotado inicialmente** – fls. 31; **A comissão procedeu à Ata de Abertura de Proposta** com o agente de contratação, convocando a empresa ofertante Vidros Vieira Ltda - ME a apresentar a documentação correspondente, a qual foi devidamente publicada no diário oficial, edição nº. 2054 – fls. 32;
- VIII) **A vencedora apresentou documentação de habilitação jurídica** nos moldes previsto no termo de referência, fls. 33-48;
- IX) O agente de contratação e sua equipe de apoio **declararam como dispensável a licitação** nos termos do art. 75 inc. II da Lei 14133/21, **em favor da empresa vencedora.**

Portanto, o processo seguiu a norma geral atendendo aos pressupostos de direito com atuação correta do agente de contratação e equipe com ampla divulgação, inclusive, em mais de um meio de publicação oficial, possibilitando a participação de qualquer interessado, obtendo a proposta mais vantajosa.

Conclusão

Nosso controle prévio legalidade mostra o atendimento a todos elementos indispensáveis à contratação, assim, **não vislumbramos óbices à aquisição pretendida**, pois, regular até aqui, em consonância com as disposições atinentes à dispensa de licitação esculpida no art. 72 e ss. da Lei 14.133/21.

S.M.O. é a análise e parecer.

Santana do Itararé, 23 de novembro de 2023.

ALEXSANDER VILELA ALBERGONI
Matrícula n. 124
OAB/PR 37.643

